

Quebra no compromisso?

Reitor volta atrás e condiciona reajuste à aprovação no Cruesp

Acompanhada durante todo o dia por uma manifestação de servidores e estudantes, com o apoio de uma representação dos professores, a reunião do Conselho Universitário desta quinta-feira, 15 de agosto, foi demorada e tensa. A manifestação foi acompanhada por grande aparato policial em frente ao prédio, obrigando o carro de som e os manifestantes a se posicionarem mais adiante. Mais uma vez, a reitoria recorreu à força policial para intimidar a comunidade.

O pedido de ingresso de dois representantes de Franca, os professores Albério e Machado, para fazer a leitura de um manifesto dos docentes daquele câmpus, foi negada pelo colegiado.

Os pontos centrais do debate foram: a proposta de equiparação dos servidores técnico-administrativos da Unesp aos da USP, o reajuste de 3,415% aos docentes e a criação de uma coordenadoria e de uma comissão sobre permanência estudantil.

Para os docentes, foi aprovada a indicação de aumento salarial de 3,415% para todas as categorias da carreira. Porém, ao contrário do acordado com a Adunesp, a aplicação não está garantida, pois a medida será levada ao Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas), “com o objetivo de manter a isonomia entre as três universidades”. O representante da Adunesp, Antônio Luís de Andrade (Tato), questionou a vinculação do reajuste à aprovação no Cruesp, pois isto contraria o compromisso assumido pelo reitor na negociação com o Sindicato no dia 31/7. Tato reforçou a posição da Adunesp, já discutida no âmbito do Fórum das Seis, de defesa da aplicação do reajuste na Unesp e, na sequência, reivindicação ao Cruesp de extensão aos docentes da USP e Unicamp. O reitor não respondeu ao questionamento da Adunesp.

O CO aprovou também a proposta apresentada pelo representante docente de São José do Rio Preto, Maurizio Babini, de indicar ao Cruesp a elevação do piso salarial dos auxiliares de ensino nas três universidades estaduais paulistas. A reivindicação é parte da pauta específica apresentada pela Adunesp, que pede a elevação deste piso para R\$ 6.500,00.

Servidores

Em relação à equiparação dos servidores da Unesp aos da USP, ponto mais demorado na pauta, houve um pequeno avanço em relação à proposta original do reitor. Ele acatou uma modificação nas formas de aplicação, sugerida pelo professor Mário Sérgio, representante docente de Assis. Com isso, o aprovado foi:

- Concessão de uma referência em agosto deste ano, a ser paga no início de setembro.
- Garantia de uma nova referência em agosto de 2014.
- Avaliação na peça orçamentária de 2014, a ser discutida e aprovada ainda este ano, da viabilidade de “algo mais” no próximo ano.
- Restante da equiparação em 4 etapas, sem prazos estipulados e sujeitas à discussão orçamentária.

Permanência e cotas

A reunião do CO aprovou a criação da Coordenadoria de Permanência Estudantil e da Comissão Permanente de Permanência Estudantil.

Em relação à adoção das cotas pela Unesp, foi aprovado que, ao menos, 50% das matrículas em cada curso, em cada turno, deverão ser ocupadas por alunos que cursaram integralmente o Ensino Médio em

escolas públicas. Dentro deste percentual, estará incluído o índice mínimo de 35% de negros, pardos e indígenas. As metas deverão ser atendidas ao longo dos próximos cinco anos da seguinte forma: 15% (2014), 25% (2015), 35% (2016), 45% (2017), 50% (2018). O preenchimento das vagas seguirá a ordem de classificação do vestibular.

A discussão no CEPE

No dia 13/8, representantes da Adunesp participaram da primeira parte da reunião do CEPE, que tinha a avaliação docente como pauta. Eles fizeram uma série de considerações e sugestões, como: conferir à avaliação um caráter diagnóstico e não punitivo, que contribua para melhorias, correções de rumo e integração entre os docentes; buscar a experiência de outras universidades sobre a avaliação docente; promover debates com convidados de outras instituições etc. O professor Álvaro Souza Dutra, de Guaratinguetá e membro do CEPE, defendeu a realização de um novo Fórum das Grandes Áreas, para fechar a discussão.

As propostas foram vistas com bons olhos pela maioria dos presentes, inclusive pela presidente do colegiado, a vice-reitora Marilza Vieira Cunha Rudge. No entanto, a reunião não registrou avanços. A discussão no CEPE continua sendo a de determinar um “escore mínimo” para a planilha, a ser cobrado de cada docente, obviamente com fins punitivos. O assunto terá continuidade na próxima reunião do colegiado, marcada para 10/9.

A Adunesp insiste na necessidade de uma sequência de negociações com a reitoria, para discutir o assunto. A entidade cobra respeito aos dois Fóruns das Grandes Áreas e pede:

- Avaliação por grande área do conhecimento: valorização da graduação, considerando-se não apenas o tempo em sala de aula, mas também atividades de planejamento e formação fora da classe, estágio supervisionado, orientação de alunos, bancas, TCC, preparação de aulas e correção de provas etc.
- Eliminação dos compulsórios para os docentes;
- Elaboração do PDD articulado com o PDI da unidade e o PDI da Unesp: A avaliação deve ser feita por departamento, através do Plano de Desenvolvimento Departamental (PDD), tendo por base a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão. Neste tripé, deve estar inserida a pós-graduação. Ao PDD, estará subordinado o Plano Global de Atividades do Docente (PGAD).
- Necessidade de revisão da regulamentação do artigo 57 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996. A reivindicação é que o conceito de hora aula adotado pela Unesp seja ampliado, não se restringindo somente à sala de aula;
- Que a análise do relatório trienal do docente (instrumento de avaliação) pelos órgãos/comissões, seja formativa e não punitiva;
- Fórum permanente, a cada três anos, com comissão organizadora mista indicada pelo CEPE.

Rodada de assembleias até 22/8

A Adunesp indica aos docentes a realização de assembleias até o dia 22/8, quinta-feira, com a seguinte pauta: avaliação dos resultados das reuniões do CEPE e do CO, definição dos próximos passos da mobilização. O indicativo é de manutenção da greve nos câmpus em que prossegue (Bauru e Franca) e mobilização nos demais câmpus, de forma a garantir o pagamento dos 3,415%, conforme compromisso assumido pelo reitor em negociação com a Adunesp no dia 31/7.

A Adunesp está reforçando junto à reitoria a necessidade de novas negociações, para tratar dos pontos da pauta específica dos docentes, ainda em aberto.

Nova plenária da Adunesp está marcada para 23/8, às 9h30, no câmpus de Marília, para avaliar os indicativos enviados pelas assembleias. No mesmo dia, acontecerá a posse da nova diretoria da entidade.

Em tempo: Em assembleia realizada no dia 15/8, os docentes de Bauru aprovaram a manutenção da greve. Nova assembleia está marcada para 20/8. Os docentes de Franca continuam paralisados e têm assembleia também em 20/8.